

DECLARAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SENSÍVEIS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS

Considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018 e a Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/2011, bem como os princípios da transparência e segurança jurídica aplicáveis à administração pública, declaramos conhecimento de que os dados pessoais e sensíveis tratados em processos licitatórios serão utilizados exclusivamente para os fins previstos em lei, garantindo-se a segurança e a privacidade dos titulares.

Nos termos do artigo 23 da LGPD, a administração pública pode tratar dados pessoais para exercer suas competências legais, desde que respeite os princípios da finalidade, necessidade e adequação. Assim, a coleta desses dados nos certames licitatórios tem o objetivo de avaliar a capacidade técnica, econômica e financeira dos participantes, conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A LAI, em seu artigo 6º, inciso III, estabelece o princípio da transparência, garantindo o direito de acesso às informações públicas. Dessa forma, nos processos licitatórios, todos os dados pertencentes às empresas participantes e suas propostas serão integralmente divulgados de forma acessível, assegurando o controle social e a publicidade dos atos administrativos.

Diante disso, a DIGITAL LIBRARIES ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.228.496/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Divino Ignacio Ribeiro Junior, portador(a) do CPF nº 132.239.958-11, DECLARA que tem pleno conhecimento das regras do aviso/termo de referência da dispensa de licitação e ciência de que:

Para participar da dispensa/inexigibilidade de licitação e ser contratado(a), é necessário fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, tais como:

- Documentos de identificação;
- Participações societárias;
- Informações contidas em contratos sociais;
- Endereços físicos e eletrônicos;
- Estado civil;
- Número de telefone;
- Sanções administrativas em cumprimento;
- Condenações criminais ou por improbidade administrativa, entre outros necessários à contratação.

Esses dados farão parte do processo administrativo e serão tratados pela Administração Pública. O tratamento dos dados pessoais no contexto dos processos de contratação é válido, legítimo e juridicamente adequado.

Divino Ignacio Ribeiro Jr
Sócio Fundador

Florianópolis, 22 de maio de 2026



DECLARAÇÃO

A empresa Digital Libraries, inscrita no CNPJ sob o nº 17.228.496-0001/58, por meio de seu representante legal Senhor (a) Divino Ignacio Ribeiro Junior, portador(a) da cédula de identidade nº 20.2283.980, expedida pelo SSP-SP, inscrito (a) no CPF sob nº 132.239.985-11, DECLARA, sob as penalidades da Lei, para fins de participação em LICITAÇÕES, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7 da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº. 4.358, de 05 de setembro de 2002, c/c o artigo 27, inciso V, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz.

Divino Ignacio Ribeiro Jr
Sócio Fundador

Florianópolis, 22 de maio de 2026



Digital Libraries Assessoria e Consultoria LTDA

<https://digitallibraries.com.br>

WhatsApp 55 48 99613 5495



Gestão Inteligente
do seu Repositório.
Fale com a gente!